

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**TERMO N.º 012/2019 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO.**

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **LEμος E AZEVEDO TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME**, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia e segurança do trabalho, oriundo da Carta Convite n.º 035/18 e Processo de Compras n.º 7227/18.

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, localizada no Paço Municipal, com sede na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, nesta ato representada pelo Secretário de Administração, Sr. Adriano Dias Campos, e de outro lado a empresa **LEμος E AZEVEDO TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME**, estabelecida na Rua Dr. Washington Luiz, n.º 424 – sala 01 – Jardim Santa Francisca, Guarulhos – SP, CEP 07013-020, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.690.056/0001-22, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Marcos Afonso Lemos, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9.010.628 e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 592.852.498-68, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de engenharia e segurança do trabalho conforme constante no anexo II do edital.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e qualidade dos serviços prestados.

2.2.1. A PREFEITURA, através da Secretaria de Administração, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA, refazê-los às suas expensas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da entrega da documentação e informação a ser fornecida pela CONTRATANTE e o prazo de vigência do presente Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE.

### **3.2. Do recebimento dos Serviços:**

3.2.1. A CONTRATADA deverá solicitar em 02 (duas) vias, o recebimento dos serviços, tendo a CONTRATANTE o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para lavrar o Termo de Recebimento Provisório de conclusão dos serviços, procedendo a um minucioso exame a fim de recebê-los provisoriamente.

3.2.2. O Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos pela CONTRATANTE. Quando não aceitos, será lavrado Termo de Não Recebimento, o que importará na anulação da solicitação feita anteriormente, devendo a CONTRATADA, após atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços.

3.2.3. Decorridos 05 (cinco) dias úteis do Termo do Recebimento Provisório, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a CONTRATANTE deverá lavrar o Termo de Recebimento Definitivo.

3.2.4. Os termos de Recebimento Provisório e Definitivo não eximirão a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS**

4.1. Pela prestação dos serviços objeto desta avença, a CONTRATADA receberá o valor de **R\$ 77.500,00** (setenta e sete mil e quinhentos reais), para o presente contrato, constante de sua proposta comercial, inserta às fls. 122/126, dos autos que deram origem ao presente termo.

4.2. As despesas com o presente Termo de Contrato serão cobertas com recursos classificados na dotação orçamentária sob a rubrica n.º3.3.90.39.00 04.122.0014.2.130.

4.3. Os valores constantes nesta cláusula deverá estar computado impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, taxas e demais encargos; despesas com refeições, hospedagem viagens dos técnicos e demais despesas.

4.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. Para recebimento do pagamento pelos serviços executados no mês, a CONTRATADA deverá emitir as respectivas faturas.

5.2. O pagamento será efetuado conforme será efetuado em 05 (cinco) iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela, em 30 (trinta) dias após o recebimento de todas as informações necessárias para o bom andamento dos serviços.

5.3. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor da secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. DA CONTRATADA:**

6.1.1. Para a execução do objeto, a CONTRATADA deverá observar a especificação dos serviços, constante no anexo II, que faz parte integrante do presente contrato.

6.1.2. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

6.1.3. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

6.1.4. Responder, civil e criminalmente por todos os danos perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

6.1.5. Comunicar a Secretaria de Administração da CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.1.6. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela CONTRATANTE, que serão fornecidas por escrito, desde que não infrinjam qualquer condição contratual.

6.1.7. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação.

### **6.2. DA CONTRATANTE:**

6.2.1. Aprovar as faturas referentes aos serviços executados;

6.2.2. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Quarta;

6.2.3. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços.

6.2.4. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

## **CLAUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta avença, a CONTRATANTE, através de sua própria equipe ou de

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos no presente Termo de Contrato, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

7.2. Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução em que os serviços tenham sido executados fora das especificações da Fiscalização, será a CONTRATADA notificada para que regularize esses serviços, sob pena de não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo das demais penalidades.

7.3. A CONTRATADA providenciará o Diário de Ocorrências, o qual permanecerá no local dos serviços, disponível para os devidos lançamentos, mantendo-o atualizado.

7.4. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos serviços deverão ser registradas pela CONTRATANTE ou seus prepostos no Diário de Ocorrências, produzindo esses registros de direito.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

8.1.2. Multa de 0,2% (dois décimos de por cento) ao dia sobre o valor do contrato, por atraso no início, prosseguimento ou conclusão dos serviços, até o 10º (décimo) dia de atraso, após o que, aplicar-se-á multa prevista no item 8.1.3 desta cláusula.

8.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parcela não executada do serviço, no caso de atraso no início, prosseguimento ou conclusão dos serviços, superior a 10 (dez) e inferior a 30 (trinta) dias corridos, após o que, aplicar-se-á multa prevista no item 8.1.4 desta cláusula.

8.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato no caso de inexecução total de seu objeto, o que ocorrerá na hipótese de atraso superior a 30 dias corridos no início, prosseguimento ou conclusão dos serviços.

8.1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou de disposição legal pertinente ao seu objeto, podendo, ainda, neste caso, ser rescindido o contrato na forma prevista pelos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 atualizada.

8.1.6. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

8.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

8.3. Considera-se também inexecução total do objeto do contrato a recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o presente Termo no prazo determinado pelo item 6.6 do edital.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

8.4. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

8.5. As multas previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório, não eximindo a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

### **CLÁUSULA NONA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

9.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3124 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

9.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

9.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

9.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

9.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

#### **9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas as peculiaridades dos serviços;

9.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

9.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

9.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

9.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

9.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pela obra ou serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

10.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

10.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

10.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

10.1.4. Atraso injustificado no início dos serviços;

10.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

10.1.6. Sub-contratação total ou parcial do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, por escrito;

10.1.7. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

10.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

10.1.9. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

10.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

10.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

10.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

10.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

10.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE, de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido;

10.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras ou serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

10.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando sofridos por esta.

10.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarreta as seguintes consequências:

10.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

10.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

10.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

10.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

desmobilizações e mobilizações e outras previstas assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas ate, que seja normalizada a situação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RENUNCIA DE DIREITOS**

11.1. O não exercício por parte da CONTRATADA de qualquer direito ou faculdade a mesma concedida no presente Termo de Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-lo a qualquer tempo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORÇA MAIOR**

12.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de Carta Convite n.º 035/18 e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. 122/126 do Processo de Compras n.º 7227/18.

13.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 15 DE JANEIRO DE 2019.**

**ADRIANO DIAS CAMPOS**  
Secretário de Administração

**LEMO E AZEVEDO TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME.**  
**Marcos Afonso Lemos**  
**R.G. 9.010.628**

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
RG:

2) \_\_\_\_\_  
RG:

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

### PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia e segurança do trabalho.

ITEM	QTDE.	APRES.	SERVIÇO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
01	20	Laudo	PPRA	1.000,00	20.000,00
02	20	Laudo	LTCAT	1.250,00	25.000,00
03	20	Laudo	PCMSO	1.250,00	25.000,00
04	05	Mês	Treinamento aos funcionários do SESMT		7.500,00
			Valor Total da Proposta:		77.500,00



# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia e segurança do trabalho visando promoção de saúde e manutenção da integridade física dos funcionários da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, conforme abaixo:

### **Descrição Detalhada dos Serviços:**

#### **1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (NR-9)**

Elaboração do programa com base no levantamento de riscos no ambiente de trabalho.

Proposição de medidas de controle dos eventuais riscos constatados.

Programa obrigatório a todos os empregadores, que tem por objetivo proteger o empregado dos agentes nocivos no ambiente de trabalho. Após a realização da visita técnica e levantamento preliminar, o programa deve identificar os agentes de risco (físicos, químicos e biológicos) e estabelecer medidas de prevenção e controle (antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência).

#### **2. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)**

Elaboração do programa com base no levantamento de riscos no ambiente de trabalho e implantação de forma integrada com o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) vigente.

O PCMSO é um programa obrigatório a todos os empregados, que tem por objetivo básico a prevenção de doenças ocupacionais. Compreende o planejamento de uma série de exames clínicos e laboratoriais de acordo com os riscos ocupacionais existentes e que devem ser executados em diversas ocasiões.

Além das avaliações médicas voltadas à prevenção de doenças, cabe ao programa propor medidas de promoção de saúde cuja execução poderá ser discutida com o empregador.

A NR-7, em seus anexos, também apresenta uma tabela de exames complementares obrigatórios e parâmetros para monitorização da exposição ocupacional a alguns riscos à saúde.

#### **3. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (LTCAT)**

Laudo que tem por finalidade atender às exigências previstas nas Ordens de Serviços e Instruções Normativas, oriundas do Instituto Nacional do Seguro e instrumento principal que servirá de base para a comprovação do exercício da atividade de cada empregado através da elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Profissional).

O referido laudo é elaborado com objeto de documentar a necessidade ou não de Aposentadoria Especial pela Previdência Social, devido as atividades desempenhadas em ambientes agressivos à saúde, discriminar a natureza, a intensidade e a concentração que possuem e identificar as condições ambientais de trabalho por setor ou o processo produtivo, por estabelecimento ou obra.

Deverá ainda explicitar as avaliações quantitativas e qualitativas dos riscos por função e por grupo homogêneo de exposição ou por posto de trabalho.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **4. Treinamentos aos integrantes do SESMT**

Orientações aos funcionários do SESMT (Técnicos de Segurança, Engenheiros e Médicos do Trabalho), nos temas abaixo relacionados (no prático):

- Etapas do Projeto de Implantação dos documentos a elaborar;
- Levantamento de risco – Qualitativos e Quantitativos;
- Elaboração dos documentos e suas particularidades;
- Elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Profissional).

O preço será apresentado pelo valor global dos serviços a serem prestados. Neste preço deverá estar computado impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, taxas e demais encargos. Despesas com refeições hospedagem, viagens dos técnicos e demais despesas.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: LEMOS E AZEVEDO TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA – ME

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): 012/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia e segurança do trabalho.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 15 de Janeiro de 2019.**

### **GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Adriano Dias Campos

Cargo: Secretário de Administração e Modernização

CPF: 080.168.818-31 RG: 15.116.765-5

Data de Nascimento: 10/10/1966

Endereço residencial completo: Rua Canário, nº 644, Apto. 24, Moema, São Paulo -- SP

E-mail institucional: compras@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: adriano.campos@ribeiraopires.sp.gov.br

Telefone(s): (11) 4828-9800 / 98133-9288

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **Responsáveis que assinaram o ajuste:**

#### **Pelo CONTRATANTE:**

Nome: Adriano Dias Campos

Cargo: Secretário de Administração e Modernização

CPF: 080.168.818-31 RG: 15.116.765-5

Data de Nascimento: 10/10/1966

Endereço residencial completo: Rua Canário, nº 644, Apto. 24, Moema, São Paulo -- SP

E-mail institucional: compras@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: adriano.campos@ribeiraopires.sp.gov.br

Telefone(s): (11) 4828-9800 / 98133-9288

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Pela CONTRATADA:**

Nome: Marcos Afonso Lemos

Cargo: Sócio Proprietário

CPF: 592.852.498-68 RG: 9.010.628 SSP/SP

Data de Nascimento: 27/12/1950

Endereço residencial completo: Travessa Mozart, nº 29 – Vila Rosália – Guarulhos - SP

E-mail institucional: lemos.assessoria@uol.com.br

E-mail pessoal: lemos.assessoria@uol.com.br

Telefone(s): (11) 2441-0150

Assinatura: \_\_\_\_\_